



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

4/5

REUNIÃO ORDINÁRIA

DA CÂMARA MUNICIPAL

Índice

Período antes da Ordem do dia	2
INFORMAÇÕES DO EXECUTIVO.....	2
VEREADORES	17
Ordem do dia	23
1. Aprovação de isenção de pagamento de taxas e licenças pela realização de todos os eventos relacionados com os festejos em Honra do Senhor Jesus dos Aflitos, organizado pela Comissão de Festas “Os Cinquentões” de Vila Chã de Ourique.....	23
2. Aprovação de isenção de pagamento de taxas relativas à utilização da sala de espetáculos do Centro Cultural - Município do Cartaxo, à Mosaico-Associação Cultural do Cartaxo.	24
3. Isenção do pagamento do passe mensal de transporte urbano do Cartaxo (Tuc) ao Múncipe Fernando José da Silva Duque.....	25
4. Isenção do pagamento do passe mensal de transporte urbano do Cartaxo (Tuc) à Múncipe Maria da Conceição Pinheiro Duque.....	26
5. Isenção de pagamento de taxas relativas à utilização da sala de espetáculos do Centro Cultural-Município do Cartaxo, à Mosaico-Associação Cultural do Cartaxo.	27
6. Isenção de pagamento de taxas relativas à utilização da sala de espetáculos do Centro Cultural-Município do Cartaxo, à Fungo- Associação de Intervenção e Difusão Cultural.....	28
7. Isenção de pagamento de taxas relativas à utilização da sala de espetáculos do Centro Cultural - Município do Cartaxo, à A.S – Área de Serviço, Associação de Criação Artística do Cartaxo	30
8. Adenda ao acordo tripartido com a DGArtes, Municípios de Alcanena e Torres Novas e Associação Cultural Materiais Diversos.....	32
9. Pagamentos efetuados entre 09/05/2014 a 20/05/2014.	33



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA

DA CÂMARA MUNICIPAL

10. Tesouraria – resumo diário de tesouraria de 20/05/2014.....	34
11. Modificação Orçamental n.ºs. 8.....	34
12. Posição dos compromissos entre 09/05/2014 a 20/05/2014.....	34
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	34
FORMA DE VOTAÇÃO.....	45
ENCERRAMENTO.....	45



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 19 | 02 de junho de 2014

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARTAXO REALIZADA A DOIS DE JUNHO DE DOIS MIL E CATORZE

Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, no edifício dos Paços do Município, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Cartaxo, sob a Presidência do senhor **PEDRO MIGUEL MAGALHÃES RIBEIRO (PS)**, a presença do Vice-Presidente, senhor **FERNANDO MANUEL DA SILVA AMORIM (PS)** e a presença dos Vereadores, senhora **SÓNIA MARGARIDA PIMENTA DA PIEDADE TEIXEIRA SANTOS SERRA (PS)**, senhor **NUNO FILIPE ROSA NOGUEIRA (PV-MPC)**, senhor **VASCO MANUEL HENRIQUES CUNHA (PSD)** e senhora **MARIA DO CÉU RODRIGUES CLEMENTE RIBEIRO PEREIRA (PSD)** - em substituição.

APOIO – Secretariou a técnica superior, senhora Ana Catarina da Matos Silvestre.

ABERTURA – Com a apresentação de cumprimentos a todos os presentes, o senhor Presidente declarou aberta a reunião quando eram dezoito horas e informou que o senhor Vereador Paulo Varanda justificara a sua ausência, por motivos profissionais e sem possibilidade de se fazer substituir.

Da presente reunião constava a seguinte *Ordem do Dia*, previamente elaborada e datada de vinte e sete de maio do corrente ano:

ORDEM DO DIA

1. Aprovação de isenção de pagamento de taxas e licenças pela realização de todos os eventos relacionados com os festejos em Honra do Senhor Jesus dos Aflitos, organizado pela Comissão de Festas “Os Cinquentões” de Vila Chã de Ourique /para deliberação;
2. Aprovação de isenção de pagamento de taxas relativas à utilização da sala de espetáculos do Centro Cultural - Município do Cartaxo, à Mosaico-Associação Cultural do Cartaxo /para deliberação;



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

3. Isenção do pagamento do passe mensal de transporte urbano do Cartaxo (Tuc) ao Munícipe Fernando José da Silva Duque */para deliberação;*
4. Isenção do pagamento do passe mensal de transporte urbano do Cartaxo (Tuc) à Munícipe Maria da Conceição Pinheiro Duque */para deliberação;*
5. Isenção de pagamento de taxas relativas à utilização da sala de espetáculos do Centro Cultural-Município do Cartaxo, à Mosaico-Associação Cultural do Cartaxo */para deliberação;*
6. Isenção de pagamento de taxas relativas à utilização da sala de espetáculos do Centro Cultural-Município do Cartaxo, à Fungo - Associação de Intervenção e Difusão Cultural */para deliberação;*
7. Isenção de pagamento de taxas relativas à utilização da sala de espetáculos do Centro Cultural - Município do Cartaxo, à A.S – Área de Serviço, Associação de Criação Artística do Cartaxo */para deliberação;*
8. Adenda ao acordo tripartido com a DGArtes, Municípios de Alcanena e Torres Novas e Associação Cultural Materiais Diversos */para deliberação;*
9. Pagamentos efetuados entre 09/05/2014 a 20/05/2014 */para conhecimento;*
10. Tesouraria – Resumo Diário de Tesouraria de 20/05/2014 */para conhecimento;*
11. Modificação Orçamental nº 8 */para conhecimento;*
12. Posição dos Compromissos entre 09/05/2014 a 20/05/2014 */para conhecimento.*

A. Período antes da Ordem do dia

INFORMAÇÕES DO EXECUTIVO

PRESIDENTE

Sobre a atividade no concelho e participações do executivo, partilhou a seguinte informação:

- 20/05 - Abertura da Esquadra da PSP.

Deu nota do excelente trabalho que ali foi realizado e da honra sentida com a presença do senhor Ministro da Administração Interna para assinalar aquele ato. Desejou às forças



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

policiais, agora com excelentes condições de trabalho, que pudessem dar desenvolvimento à qualidade do serviço que têm vindo a prestar à comunidade e às instituições.

Disse que gostaria de deixar registado, ainda neste ponto, o seu lamento perante o comunicado do Movimento Independente em relação à Esquadra da PSP. Afirmou que desde 1996/1997 estava envolvido em funções políticas ou em atividades públicas, não se lembrando, neste período de tempo, de *“ter visto uma coisa tão suja como aquele comunicado, com insinuações até de ordem familiar a roçar a vulgaridade e a política mais rasteira”*. Considerou que o conjunto de insinuações e associações feitas era *“a coisa mais suja”* a que, pelo menos, nos últimos vinte anos - período sobre o qual podia testemunhar com maior propriedade - se assistira neste concelho do ponto de vista político-partidário.

- 20/05 - Assinatura dos Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia do Concelho.

Aproveitou este ponto para informar o executivo de que tinha recebido, da parte do Presidente da Junta de Freguesia de Ereira/Lapa, a comunicação formal da sua vontade de suspender o mandato por um ano, por razões pessoais e profissionais; e manifestou a expectativa e a esperança de, logo que resolvidas as questões, na origem do pedido, o senhor Presidente pudesse retomar as suas funções.

- 20/05 - Cerimónia de posse dos novos órgãos sociais da Associação do Rio da Fonte.

Deu conhecimento de ter estado presente nesta cerimónia, na qual estiveram também o senhor Vice-Presidente, o seu Chefe de Gabinete e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pontével.

- 22/05 - Simulacro de evacuação na nova Escola EB 2,3.

Considerou que o exercício correu bem, cumprindo com o propósito subjacente à sua realização, ou seja, o diagnóstico de medidas corretivas a adotar.

- 22/05 - Reunião com os professores de 1.º ciclo do Agrupamento D. Sancho I, na escola EB 1 de Pontével.

Disse ter promovido esta reunião para discutir o futuro da Rede Escolar e a preparação do próximo ano letivo. Sublinhou a elevada participação dos professores do 1.º ciclo - praticamente todos - e a presença da direção do Agrupamento; e considerou que a reunião,



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

com a duração de duas a três horas, correu bastante bem e onde todos os temas puderam ser tratados.

- 23/05 - Sessão sobre sexualidade em meio escolar.

Deu conhecimento da sua presença na abertura desta sessão, organizada pelo Agrupamento Marcelino Mesquita e deu boa nota pelo Agrupamento ter conseguido reunir, naquela manhã, um conjunto de especialistas (médicos, psicólogos), em torno das áreas da sexualidade, das doenças sexualmente transmissíveis e das questões da discriminação sexual, para uma plateia muito jovem, entre os 12 e os 16 anos, numa sessão muito participada. Referiu ter sido muito interessante constatar que uma grande parte dos jovens tinha uma perceção errada sobre muitos dos temas ali tratados, contrariando a noção que temos de que, hoje em dia, existe muita informação; porventura existirá, de facto, mais informação, o que não quer dizer que seja boa ou de qualidade, concluiu.

- 23/05 - Jantar de Gala dos Vinhos do Tejo.

Registou com satisfação que casas - como a Adega Cooperativa ou o Casal do Conde - e enólogos, do nosso concelho, tenham arrecadado muitos prémios e deu boa nota para a qualidade dos nossos vinhos, que ali se afirmaram a nível regional.

- 26/05 - Reunião com Clube de Ciclismo José Maria Nicolau.

Disse que esta reunião teve como objetivo continuar a trabalhar para tentar viabilizar o regresso do circuito do Cartaxo em ciclismo, que não se realiza há já muitos anos; e informou que a próxima iniciativa neste sentido seria participar numa reunião com o Clube de Ciclismo, onde iriam procurar sensibilizar um conjunto de empresas a patrocinar aquele evento.

- 26/05 - Reunião no Inalentejo.

Informou ter ido a esta reunião acompanhado da senhora Vereadora Sónia Serra, para ver da reprogramação de alguns projetos que lhes causavam preocupação.

- 27/05 - Reunião do Conselho Intermunicipal da CIMLT.

Destacou a posição, tomada por unanimidade pela CIMLT, de preocupação em relação aos serviços de saúde; posição que foi publicitada com os serviços de saúde da região, nomeadamente do Hospital Distrital de Santarém.



J A

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

- 27/05 - Reunião com funcionários da Rumo 2020.

Disse ter promovido esta reunião em conjunto com o senhor Vice-Presidente, que contou também com a presença do Presidente da empresa municipal, o senhor Fernando Martins, na qual foi feito um ponto de situação sobre o futuro da empresa, com a preocupação, acima de tudo, pelo futuro das pessoas que para ela trabalhavam, não só porque eram pessoas que exerciam a sua atividade profissional - na sua generalidade - com um excelente desempenho, mas também pelo facto serem postos de trabalho de um concelho que não é muito criador de emprego, para além de postos de trabalho necessários para assegurar o bom funcionamento de um conjunto de equipamentos a cargo do município, nomeadamente no trabalho realizado em universo escolar.

- 28/05 - Tomada de posse do novo Presidente da CCDR LVT.

Mencionou ter estado presente na tomada de posse do senhor Eng.º João Pereira Teixeira, como Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT); e da conversa preliminar possibilitada, no sentido de ser agendada, tão breve quanto possível, uma reunião para aprofundar temas alvo de preocupação no concelho, nomeadamente as questões relacionadas com a revisão do PDM e o caso particular de Valada. Acrescentou já trazer algum conhecimento pessoal do senhor Eng.º João Pereira Teixeira, de outras funções, tendo tido oportunidade de, em nome do município do Cartaxo, desejar-lhe felicidades.

- 28/05 - Conselho Geral do Agrupamento de Escolas D. Sancho I.

Destacou a discussão havida sobre o Projeto Educativo e a elevada participação registada na reunião; para exemplificar a qualidade dos intervenientes que estavam naquele Conselho Geral e a preocupação que tiveram em discutir o Projeto Educativo, para os próximos três anos, e com a ambição de melhorar os resultados e o desempenho dos seus alunos, disse que a reunião começou às 19 horas e terminou às 23 horas e 30 minutos, o que não era muito normal.

- 29/05 - Assembleia Geral da ValleyPark, S.A.

Referiu que esta Assembleia serviu essencialmente para aprovar as contas da empresa.

- 29/05 - Reunião com a Cartágua.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Começou por falar da metodologia da reunião dizendo terem sido solicitadas duas reuniões à Cartágua: uma, com todos os autarcas - do município e de freguesia - e para a qual, tomou a liberdade de convidar três representantes de cada força política, incluindo as que não tinham eleitos locais, o CDS-PP e o Bloco de Esquerda, uma vez que considerava o assunto demasiado importante para uma abordagem apenas com as forças eleitas; outra, pública, para que todo o cidadão pudesse estar presente, participar e colocar as suas questões. Disse que só a primeira reunião havia sido aceite pela concessionária e que, ainda assim, havia reiterado oralmente - na reunião realizada e conforme os participantes tiveram oportunidade de observar - o convite à Cartágua para a sessão pública de esclarecimento, tencionando fazer de novo o convite, por escrito.

Ainda sobre a reunião realizada, deixou um lamento pela ausência, sem apresentação de justificação, do Movimento Paulo Varanda e do CDS-PP. Disse que não podia deixar de estranhar - até pelo facto de aquela reunião ter sido também iniciativa do Movimento Paulo Varanda - não terem comparecido ou, pelo menos, de terem tido a delicadeza de dar uma justificação para a sua ausência.

Prosseguiu dando boa nota da forma como decorreu a reunião e da participação registada, com muitas intervenções por parte das diferentes forças políticas, em relação a uma matéria que a todos preocupa. Sublinhou que essas preocupações haviam sido desencadeadas a partir do momento em que foram confrontados com um aumento do preço da água, para o presente ano, inflacionado em mais 5%, tendo - na procura do porquê - ficado a saber que no ano passado o contrato adicional, quando aprovado, configurava um aumento de 30% nos próximos 6 anos. Lembrou que em reunião de Câmara já confrontara "*olhos nos olhos*" o senhor Eng.º Paulo Varanda sobre o facto ter sido omitido da população, observando que, naturalmente, existia sempre o argumento de dizer que a cláusula estava nos documentos entregues, não obstante, também em ata de reunião de Câmara constavam um conjunto de considerandos que realçavam aspetos positivos do contrato adicional, tendo sido propositadamente - no seu entendimento - escondido o aumento de 5% ao ano, para os próximos 6 anos. Referiu o direito que a todos assistia de perceber por que razão o senhor Eng.º Paulo Varanda escondera aquela matéria dos cartaxeiros, uma vez que entendiam ser



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

uma matéria demasiado importante para não ter sido transmitida de uma forma clara, num ponto prévio.

Por outro lado - e entrando no assunto Tribunal de Contas - disse que Ihes fazia muita confusão, como é que o Tribunal de Contas (TC) dispensara de visto um contrato que tinha fortes implicações financeiras; referiu que isso mesmo havia sido transmitido ao Dr. Guilherme de Oliveira Martins, Presidente do TC, que Ihes solicitou o envio, de novo, de todo o processo para que pudessem submetê-lo a análise. Acrescentou que a prova de que aquele contrato tinha fortes implicações financeiras era o facto de um dos relatórios da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos) apontar para uma perda - se a memória não o atraindo - de, pelo menos, 6,9 milhões de euros, para além do aumento brutal que ele comportava no tarifário; e pelo direito que todos tinham de ser esclarecidos sobre todos os contornos relativos ao contrato adicional, haviam decidido o envio do processo quer para o TC, quer para o Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) de Leiria.

Sublinhou que a divergência que a Câmara tinha com a Cartágua estava apenas na questão dos 30% de aumento, que nunca ficou esclarecida, do ponto de vista matemático, nas diversas reuniões efetuadas entre os serviços do município e os serviços da Cartágua. Por isso, estavam a fazer - agora - o que devia ter sido feito há um ano e meio atrás, considerando não ser normal que a Câmara, perante a apresentação pela Cartágua de um aumento brutal de 30% no preço da água, não tivesse estudado o assunto - *"fica por esclarecer a troco de quê é que tudo foi aceite sem qualquer tipo de estudo fundamentado"*. Como foi dito pelos serviços do município na reunião havida, os serviços não foram chamados a acompanhar o processo, nomeadamente a Divisão de Ambiente de Obras e Equipamentos Municipais, que tem nas suas responsabilidades as questões da água e saneamento. Acrescentou que o próprio Eng.º Paulo Varanda já havia, ali, confirmado não ter pedido qualquer parecer, tendo sido com base numa folha de cálculo - enviada ao então Vereador, senhor Fernando Martins - que a decisão fora tomada; situação que Ihes causava a maior estranheza: se até para fazer um muro era preciso que um processo fosse instruído pela respetiva divisão, para depois com parecer técnico, ser alvo de deliberação em reunião



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

de Câmara, como é que se tomava uma decisão sobre o processo - com mais implicações no futuro do concelho - sem qualquer tipo de estudo prévio, fosse dos serviços, fosse de consultor externo que a Câmara contratualizasse para o efeito. Reiterou que, pelo facto de todo o processo ser profundamente estranho, iam recorrer aos tribunais, para auditoria financeira e para, do ponto de vista administrativo, tudo ser verificado.

Deu nota que das reuniões realizadas sobre esta matéria com todas as forças políticas, excepto o Movimento Paulo Varanda, houve um amplo consenso em dois pontos: de que tudo teria que ser clarificado antes de a Câmara aceitar qualquer preçário; e na necessidade do município recorrer a consultores externos, para obter ajuda em relação à apreciação de todo o processo e à forma de o instruir - quer para o TC, quer para o TAF de Leiria.

Fez questão também de sublinhar a grande disponibilidade, para analisar a situação, sentida da parte do Presidente e do Diretor-Geral do TC e realçou a disponibilidade demonstrada também pela ERSAR, até pelo argumento existente no processo de que a Entidade Reguladora dera parecer favorável sobre o mesmo. Deu conhecimento de lhe ter sido transmitido numa das reuniões que tivera com o Vice-Presidente da ERSAR que a Entidade, quando recebe o processo para dar parecer, ao verificar que ele tem acordo entre as partes - como foi o caso do contrato adicional, onde havia a assinatura por parte da Câmara, do senhor Eng.º Paulo Varanda e assinatura por parte da empresa Cartágua - parte do princípio de que todos os pressupostos foram verificados, limitando-se a ver se a fórmula foi bem aplicada e se o resultado está de acordo com os parâmetros lá colocados; e referiu a disponibilidade da ERSAR, manifestada pelo seu Vice-Presidente, em reapreciar o parecer favorável a partir do momento em que uma das partes, em determinada altura do processo, coloca em causa os parâmetros constantes na fórmula de atualização de tarifários.

Em síntese, disse que se nada fosse feito, o contrato adicional, assinado no ano passado pelo senhor Eng.º Paulo Varanda, daria um aumento de 30%, nos próximos 6 anos, em cima do preçário normal, o que não aceitavam sem estar fundamentado; de ambas as partes tem existido a manifestação de total disponibilidade para renegociar, sendo que o motivo do impasse estava apenas no valor dos 30%; se a Câmara há um ano tivesse estudado esse valor, porventura hoje o problema estava resolvido e estariam a renegociar o prazo e não o



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

JA

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

valor, uma vez que não podiam entrar para uma renegociação de prazo, sem saber se o valor de atualização tinha mesmo que ser aquele; logo que o valor esteja estudado e confirmado, seja por meios próprios, ou pelas entidades a quem estavam a recorrer, o processo de renegociação será olhar para o caderno de encargos e para o prazo de adequação dos aumentos - para que sejam mais desfasados no tempo e não aumentem daquela forma tão brusca.

Para finalizar, referiu que a outra perplexidade em relação a esta matéria tinha a ver com a Comissão de Acompanhamento: custava-lhes compreender que, no processo mais importante da Câmara, existindo uma Comissão de Acompanhamento definida por lei, ela tenha demorado três anos a ser constituída, para além da escolha da representante da Câmara Municipal do Cartaxo nessa Comissão, outro fator que já tivera oportunidade de realçar - sendo objeto de escolha por reunir experiência naquela área, conforme referido em ata - que julgava ser de Câmara - quando logo na primeira conversa havida foi transmitido, pela própria, que não tinha experiência nas áreas das águas e do saneamento, como o seu próprio curriculum atestava. Prosseguiu dizendo que, de igual modo, lhes causava natural estranheza o facto do contrato adicional ter sido aprovado sem terem esperado pela Comissão de Acompanhamento, para que ela pudesse dar o seu parecer sobre os termos do contrato: poderia ter-se aguardado 30 a 45 dias, antes de tomar a decisão sobre o contrato adicional, dado que a constituição da Comissão foi deliberada em Assembleia Municipal "salvo erro" em fevereiro ou março do ano passado.

Atendendo à importância do tema e antes de prosseguir com as informações sobre a atividade do executivo, ficou à disposição para a abordagem julgada conveniente sobre o assunto.

VEREADOR NUNO NOGUEIRA

Disse que relativamente à questão onde fora visado o senhor Eng.º Paulo Varanda não iria comentar, uma vez que gostaria que fosse ele a responder.

VEREADOR VASCO CUNHA

Cumprimentou os presentes e disse, sobre a reunião com a Cartágua, que no próprio dia em que se realizara, tivera oportunidade de expor alguns pontos de vista sobre a matéria.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Mencionou ter gostado da reunião, sobretudo pela perspectiva de poder ouvir os autarcas da região, de diferentes forças políticas, sobre o ponto de situação da matéria, atualizado naquela mesma reunião. Considerou importante a informação que a Cartágua tivera oportunidade de apresentar e que, para o PSD, não era atualizada desde a campanha eleitoral para as eleições autárquicas, momento desde o qual não haviam tido qualquer contacto com a empresa.

Disse pretender, a propósito da reunião, denegar alguns pontos de vista que lhe pareciam de realce, designadamente: a ausência de duas forças políticas convidadas a estar presentes, sentindo incompreensão pelo facto de uma delas - o Movimento Independente - tendo sido a principal impulsionadora da reunião, ter estado ausente. Sem querer exceder-se - dado que o senhor Vereador Paulo Varanda não estava presente - referiu perceber que o movimento de independentes era uma federação diferente de pessoas, algumas das quais, nos últimos quatro anos, com envolvimento político e influência na situação atual em que do município e outro conjunto de cidadãos que, não tendo na altura expressão política, aderiram ao Movimento por acreditarem que poderia haver continuidade da obra feita nos últimos anos pelo Partido Socialista, numa outra via, no concelho. Por isso, admitia existirem pessoas com informação sobre as matérias que vinham a reunião de Câmara e que eram debatidas em reuniões, como a realizada com a Cartágua e outras pessoas que podiam não ter essa informação; ainda assim, como não vira ninguém demarcar-se relativamente aquele assunto, presumia que a solidariedade se mantinha em toda a linha em relação aos aspetos em questão. Sobre o CDS, disse que, pelo facto de não ter eleitos no município, a sua ausência não o levava ao registo que fizera em relação aos independentes.

Destacou, das notas importantes retiradas da reunião e não referidas pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, o facto do plano de investimentos não estar comprometido na relação contratual que o município tinha com a Cartágua, tendo a sensação de existir algum atraso em certas questões perspectivadas no plano, entretanto dilatados no tempo. Contudo, disse existir no plano de investimentos um aspeto fulcral e essencial: a questão das quatro etares; e observou que a perspectiva do PSD, logo na altura que a responsabilidade pela construção das etares passou para a empresa e que as tinha que



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

f
A

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

concurral a fundos comunitários, foi de que seria muito difícil que a Cartágua viesse a obter ganho nesse concurso e pudesse ficar com a possibilidade de concretizar a obra, com os cerca de 75% de fundos perdidos. Para haver uma noção, explicou que em quatro etares, numa lógica de 75%, os fundos comunitários pagariam três etares e a empresa teria que pagar uma delas. Prosseguiu dizendo que, ao não existir essa possibilidade, voltava o problema do investimento nas quatro etares, que deveria já estar concretizado há dez anos no terreno, sendo uma questão não despendianda na conversa em que o município e a Cartágua tinham que estar envolvidos.

Em seguida, referiu que, do ponto de vista pessoal, não apreciara o facto de terem exposto os técnicos do município na reunião havida, considerando que, sendo uma reunião entre empresa concessionária e os políticos do município - autarcas de freguesia, da Assembleia Municipal, do executivo municipal e políticos convidados de outras forças políticas sem assento no município - não valia a pena terem junto à conversa os técnicos da Câmara, uma vez que podiam ter sido os políticos do município, através do senhor Presidente da Câmara, a veicular os pontos de vista expressos pelos técnicos.

Mencionou ainda a existência de um novo ponto, que surgira da informação distribuída mais recentemente, explicitando que percebiam a troca de correspondência havida entre a Câmara Municipal e a empresa, depois de em novembro/dezembro do ano passado a Cartágua ter apresentado a proposta de tarifário para 2014, no entanto existia um dado obscuro - que não conhecia - e que tinha a ver com uma contraproposta que, em determinado momento, a Câmara teria feito à Cartágua para aplicação de um tarifário. Tratava-se de uma matéria sobre a qual teria que pesquisar em todo o processo e para a qual não iria, de momento, solicitar qualquer esclarecimento porque também não estava fundamentado para o discutir; o que iria acontecer, provavelmente, na próxima reunião de Câmara.

Sintetizando a sua intervenção, referiu: a grande dúvida relativamente ao plano de investimentos; o aprofundar da informação distribuída; e a consciência de que as conversas com a Cartágua, por parte de quem presidia ao executivo, tinham duas vias. Sobre este último aspeto, detalhou que uma das vias - que servia de pano de fundo - resultava do



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

contrato original, alterado com contratos adicionais que tiveram sempre a chancela quer do TC quer da ERSAR; para todos os efeitos, do ponto de vista legal, a Cartágua sabia que existia um contrato aprovado pelo executivo municipal e um contrato ratificado pela Assembleia Municipal do Cartaxo, o que lhes dava a garantia da boa-fé do município na contratualização do que a própria Cartágua aceitou fazer de boa-fé. Disse que o outro caminho era o que resultava do tarifário a aplicar em 2014, estando a Cartágua - através da última carta que enviou à ERSAR - à espera que a Entidade Reguladora lhe dissesse se existiam - ou não - condições para que o contrato, feito com a Câmara Municipal do Cartaxo, pudesse ser cumprido ou se existia algo, colocado em prática por parte da Cartágua, que estivesse contra o contrato adicional assinado. Disse conseguir antecipar - e julgava que nenhum deles pensaria de outro modo - que a ERSAR iria dizer que a Cartágua tinha razão quanto ao exposto na carta que lhe dirigira, e que resumidamente era: existia um contrato assinado, um conjunto de passos que tinham que ser dados pela Cartágua e pelo município, a Cartágua dizia ter concretizado esses passos e perguntava à ERSAR se, do seu ponto de vista, o tarifário era aplicável à luz do acordado no contrato adicional.

Face ao exposto, disse desejarem que o município pudesse ver esclarecidas, rapidamente, as dúvidas que suscitara junto do TC, da ERSAR e do TAF Leiria, sob pena de todo o tempo - a decorrer - jogar contra o município, porque a Cartágua poderia vir a referir a necessidade de aplicar um tarifário desde 1 de janeiro.

VICE-PRESIDENTE

Tomou a palavra para dizer que o tarifário, em termos legais, só devia entrar em vigor em março.

VEREADOR VASCO CUNHA

Prosseguiu referindo que, ainda assim, já haviam decorrido três meses - de março até junho - de ausência de tarifário, algo que a Cartágua poderia sempre reclamar, em capital e juros. Concluiu a sua intervenção, considerando a reunião com a Cartágua muito produtiva, trazendo um conjunto de informação adicional muito importante, sendo que iriam continuar a acompanhar o assunto com todo o interesse e toda a justificação que merecia.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE

Agradeceu a intervenção do senhor Vereador Vasco Cunha e afirmou existir no concelho, do ponto de vista político, um amplo consenso quanto ao facto daquela matéria carecer de outro tipo de tratamento antes de ser decidida: *"o Partido Socialista que hoje governa a Câmara, o PSD que está na Câmara, a CDU que está na Assembleia Municipal e o Bloco de Esquerda que, não estando representando em órgãos nenhuns, teve a sua representatividade eleitoral, todos colocaram muitas reservas sobre o contrato adicional"*. Referiu que o único a favor daquele contrato era o Movimento, protagonizado pelo senhor Eng.º Paulo Varanda - que propusera, no ano passado, o contrato adicional nos termos já expostos - com um conjunto de eleitos do Partido Socialista que o acompanharam na lista do Movimento Independente. Por isso - acrescentou - o que estavam a fazer era ser consequentes com as reservas demonstradas, residindo a questão em considerar - ou não - que a Câmara tinha fundamentos para, no ano passado, ter tomado aquela decisão, sabendo-se que nenhum serviço do município foi chamado a pronunciar-se, nem qualquer consultor externo - e aqui, abriu um parêntesis para lembrar que a Câmara Municipal e a Rumo 2020, nos últimos três a quatro anos, só em consultadoria externa jurídica a um gabinete, haviam gasto quinhentos e trinta e oito mil euros - e que teria sido pertinente, por mais cinco ou dez mil euros, arranjar um consultor para se pronunciar sobre aquela matéria. Concluiu que tudo foi decidido à pressa, em Assembleia Municipal ninguém quis esperar quinze, trinta, ou mesmo sessenta dias, para que pelo menos a Comissão de Acompanhamento - entretanto criada, depois de um atraso de três anos - se pronunciasse sobre o processo.

Prosseguiu dizendo que, logo que demonstrados matematicamente os 30%, iriam debruçar-se sobre o plano de investimentos e, em concreto, em como diminuir o preço das estares; recordou já ali ter falado nas fito-etares - substancialmente mais baratas porque não eram em betão, exequíveis no nosso território e com menos impacto ambiental - como uma solução muito mais barata na revisão do caderno de encargos.

Acrescentou que, independentemente dos direitos que a Cartágua tivesse através do contrato assinado pelo senhor Eng.º Paulo Varanda, havia sido eleito para defender os



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

interesses do concelho e da sua população; sobre aquela matéria teriam *“que ir até ao fundo, doa a quem doer”* e *“ir até ao fundo”* era: estudar - tudo o que houvesse para ser estudado - e encontrar fundamentação.

Considerou que a divergência entre o município e a Cartágua levou à necessidade de encontrar um árbitro, tendo concluído que o melhor seria uma entidade - os tribunais: um que se dedica mais a questões processuais, administrativas e o outro, que sem esquecer esses pontos, se dedica mais às implicações financeiras. Voltou a afirmar que na reunião havido no TC causara perplexidade o facto daquele contrato ter sido dispensado de visto e mais confuso ainda a partir do momento que remetia para um cláusula dispersa num anexo. Reiterou que aquando da apresentação do contrato adicional, num princípio de boa-fé e de transparência devida - quer para com os autarcas, quer para com a população - para além do realce dado aos aspetos positivos, como as tarifas sociais e as implicações no plano de investimentos, não devia ter sido escondido o aumento brutal do preço da água, efetivo em 34%, contas feitas entre o ano 0 e o ano +6. Referiu ainda as perdas registadas com os dois contratos adicionais, no primeiro: 100.000 m³/ano de água e no outro: 6,9 milhões de euros em rendas, valor estimado pela ERSAR - o que não parecia pouco para dispensar o visto do TC, observou.

Pretendiam pois, ver todas as dúvidas esclarecidas, para a seguir, poderem passar para a segunda parte do processo negocial, focada no prazo, no plano de investimentos e suas implicações.

VEREADOR VASCO CUNHA

Referiu que uma das dúvidas que no PSD pretendiam ver esclarecida, prendia-se precisamente com a quota anual dos 100.000 m³ de água, mais exatamente se a sua dispensa resultara de uma opção política, ou de uma imposição legal, uma vez que, até agora, a tinham como uma perda política, tendo - pela da nova documentação recebida - percebido existir uma relação com a própria Lei da Água.

PRESIDENTE

Disse tratar-se, tanto quanto sabia, de uma imposição legal e não de uma opção política de quem geria a Câmara. No entanto, como essa imposição legal tinha consequências na



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

rentabilidade da empresa - falando de memória, para um valor de 2,00€/m³ de água, a perda para o município era de € 200.000,00/ano, num contrato de mais de trinta anos - queriam saber se tudo havia sido quantificado e avaliado no reajustamento de 30% que a Cartágua estava a pedir ao município. Sublinhou que o que se exigia do Presidente da Câmara, no ano passado, era que tivesse mandado os serviços do município avaliar se o plano de investimentos estava a ser cumprido e a que custos; e reavaliar, quer do ponto de vista financeiro, quer dos itens de gestão do próprio circuito de água e saneamento - nesta matéria recorrendo, naturalmente, o município a um consultor externo especializado. Acrescentou que só por sorte o interesse público foi defendido, porque nada foi fundamentado com pareceres técnicos, por isso iriam aguardar pelo desenvolvimento do processo, considerando que os responsáveis teriam que ser apurados.

Não registando mais intervenções sobre o tema Cartágua, o senhor Presidente, prosseguiu com as informações:

- 30/05 - Reunião com o Dr. Augusto Baganha, Presidente do Instituto do Desporto.

Deu nota de ter levado a esta reunião um conjunto de *dossiers* pertinentes para o concelho, entre eles: a possibilidade do campo sintético para a Escola Secundária, assunto apresentado pelo senhor Vereador Vasco Cunha em reunião de Câmara, tendo obtido a confirmação por parte do Instituto do Desporto da inexistência de verbas, nesta altura, para o efeito; apresentado também o panorama associativo do concelho, tendo o senhor Presidente do Instituto ficado bastante desperto para o trabalho de formação que estava a ser desenvolvido ao nível do ciclismo, do atletismo e da ginástica; e o desejo - que lhe fizera chegar a associação do clube desportivo de Vale da Pedra - em implementar um sintético, procurando saber da existência de verbas, no Instituto, para o efeito. Informou que neste encontro ficou combinado o envio de um ofício com as preocupações manifestadas e o agendamento de uma segunda reunião para aprofundar os temas.

- 30/05 - Formação de primeiro socorro no Agrupamento D. Sancho I.
- 30/05 - Comemoração do 5.º Aniversário do Museu Escolar do concelho do Cartaxo, em Vale da Pinta.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

- 30/05 - Festa de final do ano do Jardim de Infância de Pontével.
- 30/05 - Projeto *Aldeia Global* da freguesia de Pontével.

Deu grande destaque a este projeto que envolveu cerca de 150 voluntários de uma grande multinacional, com o propósito de, num dia na freguesia, realizarem um conjunto de intervenções variadas, desde apoio social, a pintura de escolas e igrejas, arranjos de espaços verdes e de uma habitação de uma família que precisava de ajuda; realçou também a ação do senhor Presidente de Junta de Freguesia de Pontével, assim como de todo o executivo, pelo trabalho que tiveram na preparação e no acompanhamento que deram ao projeto. Referiu ter sido um dia diferente, muito importante para o comércio local da própria freguesia, e que culminou numa agradável festa ribatejana, no espaço perto do Rio de Fonte, que proporcionou um bom convívio entre pontevelenses e gente oriunda de Lisboa; da parte da empresa ficou a promessa de voltar a Pontével.

- 31/05 - Comemorações do Dia Mundial da Criança.

Destacou a participação de todas as associações e coletividades e dos que prestam serviço no município por terem possibilitado a continuidade da iniciativa promovida no ano passado; considerou que o que corre bem deve continuar e ser reforçado. Registou a presença de muitas famílias, num dia muito preenchido e o bom que foi ver a Rua Batalhoz cheia e as pessoas a consumir no comércio local e no mercado municipal. Concluiu que eram iniciativas do género que teriam que multiplicar no concelho, para o dinamizar do ponto de vista social e económico.

VICE-PRESIDENTE

Por sua vez, destacou:

- 21/05 - Reunião com a Cartágua

Realizada ao nível técnico, na área financeira, uma vez que existia, desde 2011, o procedimento de acerto de contas entre a Cartágua, quanto ao que tinha que pagar ao município e o município, quanto à água que tinha a pagar à Cartágua, tendo sido identificado, na última auditoria do Revisor Oficial de Contas às contas do município, que



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

1
A

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

este não era o procedimento mais correto para trabalhar aquela matéria; serviu a reunião exatamente para “afinar agulhas” a este nível.

VEREADORA SÓNIA SERRA

Deu conhecimento da sua presença, em:

- 26/05 - Reunião no Inalentejo.

Já referida pelo senhor Presidente, onde foi feito o ponto de situação das candidaturas financiadas pelo QREN e das necessidades de reprogramação e ajustamento das mesmas, constatando existirem alguns pontos delicados, a serem tratados o mais rapidamente possível, e o seu ponto de situação colocado por escrito.

- 27/05 - Seminário sobre empreendedorismo, organizado pela empresa Futuro sem Prazo, Lda.
- 30/05 - 5.º Aniversário do Museu Escolar do concelho.

VEREADORES

VEREADOR NUNO NOGUEIRA

Problema social

Sobre o município que vivia, há vários anos, dentro de uma caixa de carga de uma viatura, junto ao Ateneu Artístico Cartaxense - situação que julgava já ter sido identificada pelo município - disse que gostaria de saber se o município estava a acompanhar o caso e qual o ponto de situação.

Fontanários - Cemitério do Cartaxo

Perguntou como estava a situação.

Vencimentos dos Funcionários

Disse que pretendia perceber como o município ia proceder em relação à reposição dos vencimentos dos funcionários na sequência da decisão do Tribunal Constitucional.

Projeto Aldeia Global

Deu boa nota desta iniciativa.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE

Problema social

Disse que aquele era um problema do ponto de vista social muito complexo de resolver e uma situação que se arrastava há cerca de três, quatro anos. Explicou que o senhor em causa estava com problemas de saúde, inclusivamente ao nível mental, tinha casa e muito dinheiro, pelo que parecia; teve a infelicidade de ter perdido um ente querido - a esposa - e entrou em depressão. Deu conhecimento de ser um assunto muito focado, quer ao nível do núcleo executivo do CLAS, quer nas reuniões da Segurança Social e que iria ser feita, em breve, mais uma tentativa para resolver a situação, que estava a transformar-se num problema de saúde pública também. Referiu que as forças policiais estavam envolvidas no processo, para ver, se a bem, numa próxima tentativa, se conseguia resolver o problema.

Fontanários - Cemitério do Cartaxo

Disse que este problema, tanta quanto sabia, já tinha dois anos ou dois anos e meio. Explicou que no cemitério existiam dois pontos de água avariados, há já algum tempo, no entanto, a reparação do problema implicava uma intervenção mais profunda, para verificar qual a sua origem, e por esse motivo ainda não tinha sido feita. Todavia, existiam, quer na parte inferior, quer na parte superior do cemitério, pontos de água a funcionar, muito embora, de facto, os que estavam avariados se situassem numa zona mais central.

Vencimentos dos Funcionários

Sobre a decisão do Tribunal Constitucional disse que eram obrigados a cumprir e uma vez que o acórdão já havia sido publicado, pensava que teria efeitos já no próximo mês. Com a ressalva de serem contas feitas em casa, referiu que implicação no município do Cartaxo andaria na ordem dos duzentos mil euros, por ano.

VEREADORA MARIA DO CÉU CLEMENTE

Piscinas Municipais

Apresentou cumprimentos aos presentes. Pediu alguma informação sobre as piscinas municipais. Referiu saberem qual o valor necessário, perguntou se iriam funcionar e se já existia alguma solução alternativa.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE

Disse que este processo viria, em princípio, à próxima reunião de Câmara e lembrou a informação que já transmitira: não só quanto ao facto do valor da intervenção mais profunda, inicialmente prevista, e que rondava os €150.000 para cada piscina, ser incomportável para o município; mas também por se tratar de um assunto amplamente discutido nas reuniões de equipa com os coordenadores de cada serviço. Referiu terem seguido a sugestão apresentada pelo senhor Eng.º Leal - presente nessas reuniões e que, na altura da construção das piscinas, estava naquele serviço - de estabelecer contacto com o engenheiro que fizera as piscinas e de já terem um orçamento por ele apresentado, após visita ao local; orçamento que era substancialmente mais barato, no valor de €38.000 para a piscina descoberta, com a ressalva porém que seria um processo de reparação moroso. Por isso, disse ter a esperança de reabrir as piscinas ainda no decorrer do mês de agosto, contudo sem certezas, por todas as reservas a que estavam obrigados.

VEREADORA VASCO CUNHA

Eleições Europeias

Disse que o ato eleitoral decorreu, em todo o município, com civismo e com a participação que era conhecida, na linha do que se verificara na região e no país; deixou uma nota para as pessoas que, tendo estado nas mesas durante o processo eleitoral, possibilitaram que, uma vez mais, também no município, o ato eleitoral decorresse em boas condições.

Projeto Aldeia Global

Deu os parabéns a Pontével, pelo modo como decorreu a iniciativa e considerou que valia a pena repeti-la e disseminá-la pelas outras freguesias do município.

Dia Mundial da Criança

Referiu a satisfação, de um modo geral, que lhe foi transmitida, pelas pessoas com quem foi contactando, acerca das comemorações - antecipadas - do Dia Mundial da Criança; deixando um legítimo reconhecimento para a iniciativa, que tendo acontecido já no ano passado, voltou a ser dinamizada, este ano, com igual êxito.

Cartágua



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Pediu desculpa por não ter suscitado a presente questão no ponto em que devia, mas só lhe havia surgido na sequência da intervenção do senhor Vice-Presidente. Disse que decorria da informação dada pela Administração da Cartágua na reunião já referida, sobre o pagamento, efetuado pela concessionária, de parte das rendas relativas ao presente ano; pretendia saber qual o valor e se já havia sido liquidada.

União das Freguesias de Ereira e Lapa

Deixou uma referência, pela positiva, aos 7 a 8 meses do exercício de mandato do Presidente daquela Junta de Freguesia. Referiu o conhecimento que tinham da sua suspensão de mandato pelo período máximo possível em lei, ou seja 365 dias, e das notas positivas dadas pelos autarcas eleitos nessa união de freguesias, quanto ao equilíbrio encontrado para a gestão da nova realidade territorial, por parte de quem, até ao momento, liderava aquela Junta de Freguesia, até por algum mau estar que sabiam passar por aquele executivo. Deixou uma nota de muita preocupação pelo facto de verem afastar-se aquele que parecia ser o grande elemento equilibrador das tensões que ali existiam, desejou que reconsiderasse a suspensão ou postura que tinha no exercício daquele mandato e que dentro de um ano voltasse a reassumir as suas funções e disse que iriam acompanhar a situação.

Relvado sintético da Escola Secundária do Cartaxo

Afirmou continuarem convictos de que aquele processo tinha condições para poder andar e ter sucesso. Disse que, nas conversas que foi tendo com o senhor Presidente, percebeu haver algum terreno aplanado, crendo que mais dois meses e surgiria uma janela de oportunidade para o processo poder avançar e ter efectividade. Por isso, deixava uma nota, não propriamente de optimismo, mas de realismo relativamente à situação em que se encontravam; sublinhando: em primeiro lugar, a necessidade de existir um projeto - urgente - para poder ser apresentado; em segundo lugar, a preparação da candidatura; e em terceiro lugar, cumulativamente aos anteriores, o poder falar com as entidades na área da educação - as que diziam respeito ao agrupamento escolar onde estava integrada a Escola Secundária do Cartaxo - para encontrar uma forma de os fundos próprios que cabem ao município, puderem ser apresentados naquela candidatura.



df
A

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Referiu ter tido a oportunidade de, no passado fim-de-semana, ir um pouco mais além na ideia e explicou que, embora com um carácter mais subjetivo e com necessidade do município ponderar a sua presença com fundos próprios - a uma escala menor do que a necessária para a Escola Secundária do Cartaxo - se tratava da ideia de aproveitar para requalificar a parte relvada da Quinta das Pratas, numa intervenção com características técnicas completamente diferentes da outra, mas procurando enquadrá-la na primeira candidatura. Disse que relativamente a essa primeira candidatura existiam condições para fazer o caminho e aspirar a ter sucesso, quanto à segunda precisava de obter mais alguns elementos técnicos para aferir da possibilidade de a concretizar, acrescentando que fariam de um valor - para requalificar a zona relvada da Quinta das Pratas - na ordem dos 30 a 40 mil euros, no máximo, com apoio de fundos comunitários.

Jogo Internacional de Futebol

Ainda na linha do desporto, disse ter tido a informação que a Federação Portuguesa de Futebol quisera fazer um jogo internacional de futebol no Estádio Municipal, que não se concretizou por questões "*absolutamente isotéricas*", ou seja, falava de um técnico que se deslocara ao Estádio Municipal, em três ocasiões, procurando apurar das condições daquele estádio para a realização de um jogo de futebol internacional, que a Federação Portuguesa de Futebol tinha que organizar próximo de um aeroporto - para que a seleção internacional que viesse jogar contra Portugal pudesse ficar hospedada no dia anterior e no próprio dia do jogo pudesse sair - para atenuar dificuldades de saída e transporte para regresso à origem. Referiu que a Federação falou apenas com colaboradores da Câmara, tendo recebido a informação de que o Estádio Municipal não estava em condições para um evento daquela envergadura. Na linha do que afirmara na reunião da Cartágua, disse custar-lhe que, muitas vezes, fossem os técnicos a dar a cara em circunstâncias daquela natureza, quando a questão era sobretudo de natureza política e com isto não estava a fazer uma crítica à componente política da Câmara, mas entendia que em futuras ocasiões, mesmo que o Estádio Municipal não esteja em condições para albergar um evento daquela natureza, devia existir uma conversa ao nível mais elevado do município.

Torneios de Veteranos



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Deixou a nota de que o desporto para todos é saudável, a propósito da realização, em breve, de torneios de veteranos pelo Ateneu Artístico Cartaxense e pelo Sport Lisboa e Cartaxo, realçando a postura destas coletividades ao poderem proporcionar aos seus veteranos as condições para que ainda se realizem iniciativas daquela natureza e também pelo município estar envolvido.

PRESIDENTE

Torneios de Veteranos

Disse associar-se à mensagem.

Jogo Internacional de Futebol

Referiu ter existido um problema nos canais de comunicação e que já tivera oportunidade de falar com a Federação Portuguesa de Futebol, facultando-lhes os contactos para futuras ocasiões. Deu conhecimento que a pessoa que falou com a Federação não era um técnico.

Eleições Europeias

Disse associar-se também à referência feita relativamente à participação dos co-cidadãos nas mesas eleitorais e lamentou a forte abstenção verificada, que considerou um mau sinal para as democracias.

Relvado sintético da Escola Secundária do Cartaxo

Deu boa nota para a colaboração prestada pelo senhor Vereador Vasco Cunha, através dos contactos dados, que iriam permitir, com toda a certeza, abrir portas, porque de facto era necessária a colaboração de outras entidades uma vez que o município, por si só, não tinha condições financeiras para fazer face a este tipo de projetos.

VICE-PRESIDENTE

Cartágua

Em resposta à questão colocada pelo senhor Vereador Vasco Cunha, informou que o valor recebido da Cartágua era de 187 mil euros, após acordos - dos contadores da EDP e do consumo da água pelo do município. Referiu que, a partir de mês de março/abril do presente ano, todos os contratos com a EDP, relativos aos furos de captação de água e etares, passaram para a Cartágua.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

Handwritten initials 'A' and 'f' in the top right corner.

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Interpelado pelo senhor Vereador disse que o valor referido foi pago em abril, tendo o cheque sido depositado após a reunião de caráter técnico havida, sobre as questões dos acertos de contas; a segunda prestação seria recebida em outubro.

B. Ordem do dia

1. Aprovação de isenção de pagamento de taxas e licenças pela realização de todos os eventos relacionados com os festejos em Honra do Senhor Jesus dos Aflitos, organizado pela Comissão de Festas “Os Cinquentões” de Vila Chã de Ourique.

Proposta de Deliberação n.º 87/PC-PMR/2014

“Considerando que:

A Comissão de Festas “ Os Cinquentões 2014” de Vila Chã de Ourique, apresentou um requerimento com o registo de entrada na Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos desta Autarquia n.º 375 de 02-05-2014, a solicitar a isenção do pagamento de taxas e licenças pela realização de todos os eventos relacionados com os festejos em Honra do Senhor Jesus dos Aflitos;

A Câmara Municipal pode, nos termos do artigo 16º, nº2, alínea b) do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município do Cartaxo, deliberar isentar de pagamento de taxas as pessoas coletivas de direito publico ou de utilidade administrativa, legalmente constituídas e sem fins lucrativos, pelas atividades que se destinem, diretamente à realização dos seus fins;

Nos termos da alínea o) e u) do nº 1 do artigo 33º. do regime jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, apoiar, pelos meios adequados, no apoio de atividades de interesse municipal de natureza cultural;

O despacho do signatário datado de 12-05-2014.

Tenho a honra de propor que,

Nos termos da alínea o) e u) do nº 1 do artigo 33º. do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 16º do



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Regulamento Municipal de Taxas e outras Receitas Municipais do Município do Cartaxo, que a Câmara delibere aprovar a isenção de taxas e licenças aos “Cinquentões-2014” pela realização de todos os eventos relacionados com os festejos em Honra do Senhor Jesus dos Aflitos de Vila Chã de Ourique.

*O Presidente da Câmara,
Pedro Magalhães Ribeiro”*

✓ **Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta nos termos propostos.**

2. Aprovação de isenção de pagamento de taxas relativas à utilização da sala de espetáculos do Centro Cultural - Município do Cartaxo, à Mosaico-Associação Cultural do Cartaxo.

Proposta de Deliberação n.º 90/PC-PMR/2014

“Considerando que: O Presidente da direção da Mosaico-Associação Cultural do Cartaxo, apresentou um requerimento com o registo de entrada na Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos desta Autarquia n.º 397211 de 13-05-2014, a solicitar a isenção do pagamento de taxas pela utilização da sala de espetáculos do Centro Cultural, no dia 14 de junho de 2014 para a apresentação do Fadista Ricardo Ribeiro;

A Câmara Municipal pode, nos termos do artigo 16º, nº2, alínea b) do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município do Cartaxo, deliberar isentar de pagamento de taxas as pessoas coletivas de direito publico ou de utilidade administrativa, legalmente constituídas e sem fins lucrativos, pelas atividades que se destinem, diretamente à realização dos seus fins;

Nos termos da alínea o) e u) do nº 1 do artigo 33º. do regime jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, apoiar, pelos meios adequados, no apoio de atividades de interesse municipal de natureza cultural;

O despacho do signatário datado de 16-05-2014.

Tenho a honra de propor que,



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

1
B

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Nos termos da alínea o) e u) do nº 1 do artigo 33º. do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 16º do Regulamento Municipal de Taxas e outras Receitas Municipais do Município do Cartaxo, que a Câmara delibere aprovar a isenção de taxas pela utilização da sala de espetáculos do Centro Cultural- Município do Cartaxo, no dia 14 de junho de 2014, para a apresentação do espectáculo do fadista Ricardo Ribeiro, entre as 14:00h e as 23:30h, à Mosaico-Associação Cultural do Cartaxo.

O Presidente da Câmara,
Pedro Magalhães Ribeiro”

✓ **Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta nos termos propostos.**

3. Isenção do pagamento do passe mensal de transporte urbano do Cartaxo (Tuc) ao Munícipe Fernando José da Silva Duque.

Proposta de Deliberação n.º 91/PC-PMR/2014

“Considerando que:

- Deu entrada nesta Câmara no dia 09/04/2013 um requerimento de isenção de pagamento do passe mensal do Transporte Urbano do Cartaxo (TUC) de Fernando José da Silva Duque;
- Nos termos do Artigo 4º, da Tabela de Taxas e Outras Receitas deste Município, o valor a pagar pelo passe mensal do TUC é de 22,00€;
- Foi autorizado a isenção por um ano através de deliberação Camarária de 16/07/2013;
- O disposto na alínea d) do nº 2 do Artigo 16 do Regulamento Municipal de Taxas e outras receitas do Município do Cartaxo, prevê a isenção desde que, os Munícipes demonstrem comprovada insuficiência económica, isto é, façam prova de que auferem um rendimento mensal abaixo do salário mínimo mensal per capita;
- Que estas isenções não podem ser concedidas por um período superior a 5 anos, sendo possível a sua renovação por uma vez com igual limite temporal, nos termos do nº 3 do já referido artigo;

Tenho a honra de propor:



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara delibere aprovar o pedido de isenção do pagamento do passe mensal do TUC – Transporte Urbano do Cartaxo, pelo período de 1 ano, a Fernando José da Silva Duque face à insuficiência económica do agregado familiar, comprovada pela Divisão de Desenvolvimento Social- Apoio a Múncipe.

*O Presidente da Câmara,
Pedro Miguel Magalhães Ribeiro”*

PRESIDENTE

Como nota explicativa dos pontos 3 e 4 da *Ordem do Dia*, apreciados em conjunto por serem da mesma natureza, referiu que eram casos detetados pela área de Ação Social do município.

VEREADOR VASCO CUNHA

Observou, com base na documentação distribuída, que o regulamento municipal para o efeito, permitia aquele tipo de isenção por período não superior a cinco anos, sendo possível a sua renovação por uma vez e por igual limite temporal; sendo este o último ano em que os dois múnícipes em causa podiam beneficiar da isenção.

PRESIDENTE

Disse que não havia reparado, mas que o procedimento era da isenção ser concedida por um ano, para permitir a reavaliação anual da condição económica dos interessados, que por alguma circunstância podia alterar-se.

✓ **Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta nos termos propostos.**

4. Isenção do pagamento do passe mensal de transporte urbano do Cartaxo (Tuc) à Múncipe Maria da Conceição Pinheiro Duque.

Proposta de Deliberação n.º 92/PC-PMR/2014

“Considerando que:

- Deu entrada nesta Câmara no dia 09/04/2013 um requerimento de isenção de pagamento do passe mensal do Transporte Urbano do Cartaxo (TUC) de Maria da Conceição Pinheiro Duque;



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

- Nos termos do Artigo 4º, da Tabela de Taxas e Outras Receitas deste Município, o valor a pagar pelo passe mensal do TUC é de 22,00€;
- Foi autorizado a isenção por um ano através de deliberação Camarária de 16/07/2013;
- O disposto na alínea d) do nº 2 do Artigo 16 do Regulamento Municipal de Taxas e outras receitas do Município do Cartaxo, prevê a isenção desde que, os Munícipes demonstrem comprovada insuficiência económica, isto é, façam prova de que auferem um rendimento mensal abaixo do salário mínimo mensal per capita;
- Que estas isenções não podem ser concedidas por um período superior a 5 anos, sendo possível a sua renovação por uma vez com igual limite temporal, nos termos do nº 3 do já referido artigo;

Tenho a honra de propor:

A Câmara delibere aprovar o pedido de isenção do pagamento do passe mensal do TUC – Transporte Urbano do Cartaxo, pelo período de 1 ano, a Maria da Conceição Pinheiro Duque face à insuficiência económica do agregado familiar, comprovada pela Divisão de Desenvolvimento Social- Apoio a Múncipe.

O Presidente da Câmara,

Pedro Miguel Magalhães Ribeiro”

✓ Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta nos termos propostos.

5. Isenção de pagamento de taxas relativas à utilização da sala de espetáculos do Centro Cultural-Município do Cartaxo, à Mosaico-Associação Cultural do Cartaxo.

Proposta de Deliberação n.º 88/PC-PMR/2014

“Considerando que:

O Presidente da direção da Mosaico-associação Cultural do Cartaxo, apresentou um requerimento com o registo de entrada na Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos desta Autarquia n.º 397 de 13-05/2014, a solicitar a isenção do pagamento de taxas pela utilização da sala de espetáculos do Centro Cultural, nos dias 22 e 23 de maio de 2014, para a apresentação do espetáculo “Eurovision” do Teatro Praga;



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara Municipal pode, nos termos do artigo 16º, nº2, alínea b) do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município do Cartaxo, deliberar isentar de pagamento de taxas as pessoas coletivas de direito publico ou de utilidade administrativa, legalmente constituídas e sem fins lucrativos, pelas atividades que se destinem, diretamente à realização dos seus fins;

Nos termos da alínea o) e u) do nº 1 do artigo 33º. do regime jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, apoiar, pelos meios adequados, no apoio de atividades de interesse municipal de natureza cultural;

O despacho do signatário datado de 16-05-2014.

Tenho a honra de propor que,

Nos termos da alínea o) e u) do nº 1 do artigo 33º. do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 16º do Regulamento Municipal de Taxas e outras Receitas Municipais do Município do Cartaxo, que a Câmara, nos termos do nº3 do artigo 35 da citada lei, ratifique o despacho do signatário, de 16/05/2014, relativo à isenção de taxas pela utilização da sala de espetáculos do Centro Cultural- Município do Cartaxo, nos dias 22 e 23 de maio de 2014, à Mosaico –Associação Cultural do Cartaxo.

O Presidente da Câmara,

Pedro Magalhães Ribeiro”

✓ **Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta nos termos propostos.**

6. Isenção de pagamento de taxas relativas à utilização da sala de espetáculos do Centro Cultural-Município do Cartaxo, à Fungo- Associação de Intervenção e Difusão Cultural.

Proposta de Deliberação n.º 89/PC-PMR/2014

“Considerando que:

O Presidente da direcção Fungo- Associação de Intervenção e Difusão Cultural, apresentou um requerimento com o registo de entrada na Divisão de Administração Geral e Recursos



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

2

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Humanos desta Autarquia n.º 398 de 13-05/2014, a solicitar a isenção do pagamento de taxas pela utilização da sala de espetáculos do Centro Cultural, no dia 24 de maio de 2014, para a apresentação do espectáculo de Teatro "As Obras Completas de Shakespeare em 97 Minutos";

A Câmara Municipal pode, nos termos do artigo 16º, nº2, alínea b) do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município do Cartaxo, deliberar isentar de pagamento de taxas as pessoas coletivas de direito publico ou de utilidade administrativa, legalmente constituídas e sem fins lucrativos, pelas atividades que se destinem, diretamente à realização dos seus fins;

Nos termos da alínea o) e u) do nº 1 do artigo 33º. do regime jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, apoiar, pelos meios adequados, no apoio de atividades de interesse municipal de natureza cultural;

O despacho do signatário datado de 16-05-2014.

Tenho a honra de propor que,

Nos termos da alínea o) e u) do nº 1 do artigo 33º. do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 16º do Regulamento Municipal de Taxas e outras Receitas Municipais do Município do Cartaxo, que a Câmara, nos termos do nº3 do artigo 35 da citada lei, ratifique o despacho do signatário, de 16/05/2014, relativo à isenção de taxas pela utilização da sala de espetáculos do Centro Cultural- Município do Cartaxo, no dia 24 de maio de 2014, à Fungo-Associação de Intervenção e Difusão Cultural.

*O Presidente da Câmara,
Pedro Magalhães Ribeiro"*

✓ **Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta nos termos propostos.**



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

7. Isenção de pagamento de taxas relativas à utilização da sala de espetáculos do Centro Cultural - Município do Cartaxo, à A.S – Área de Serviço, Associação de Criação Artística do Cartaxo

Proposta de Deliberação n.º 94/PC-PMR/2014

“Considerando que:

O Presidente da direção da A.S – Área de Serviço, Associação de Criação Artística do Cartaxo, apresentou um requerimento com o registo de entrada na Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos desta Autarquia n.º 410 de 19-05/2014, a solicitar a isenção do pagamento de taxas pela utilização da sala de espetáculos do Centro Cultural, nos dias 30 e 31 de maio de 2014, para a apresentação do espetáculo “ 8 Mulheres”;

A Câmara Municipal pode, nos termos do artigo 16º, nº2, alínea b) do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município do Cartaxo, deliberar isentar de pagamento de taxas as pessoas coletivas de direito publico ou de utilidade administrativa, legalmente constituídas e sem fins lucrativos, pelas atividades que se destinem, diretamente à realização dos seus fins;

Nos termos da alínea o) e u) do nº 1 do artigo 33º. do regime jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, apoiar, pelos meios adequados, no apoio de atividades de interesse municipal de natureza cultural;

O despacho do signatário datado de 23-05-2014.

Tenho a honra de propor que,

Nos termos da alínea o) e u) do nº 1 do artigo 33º. do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 16º do Regulamento Municipal de Taxas e outras Receitas Municipais do Município do Cartaxo, que a Câmara, nos termos do nº3 do artigo 35 da citada lei, ratifique o despacho do signatário, de 23/05/2014, relativo à isenção de taxas pela utilização da sala de espetáculos do Centro Cultural- Município do Cartaxo, nos dias 30 e 31 de maio de 2014, à A. S – Área de Serviço, Associação de Criação Artística do Cartaxo.

O Presidente da Câmara,



f
A

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Pedro Magalhães Ribeiro

PRESIDENTE

Sobre os pontos referentes aos pedidos de isenções de taxas pela utilização da sala de espetáculos do Centro Cultural, o senhor Presidente entendeu por oportuno prestar um esclarecimento, dado ter sido interrogado uma vez quanto à cobrança de bilhete em espetáculos, designadamente da *Área de Serviço*, para os quais o município isentara o pagamento da sala. Explicou que o valor do bilhete - entre os €2 a €3, por entrada - cobrado por algumas associações era uma ajuda, por exemplo, para os materiais de cena, ninguém auferia ordenado, nem mesmo o encenador - *"que não faz mais nada na vida"* - conseguia tirar ordenado dessas atividades.

Aproveitou a oportunidade para sublinhar a qualidade que hoje apresentam, individualmente, as pessoas envolvidas naqueles espetáculos, fruto do seu esforço e trabalho, mas também por grande mérito do encenador Frederico Corado.

Transmitiu, numa perspetiva futura, que aquela era uma área que tinha tudo para se afirmar no nosso concelho, onde existia uma certa apetência natural - rara era a freguesia que não tinha, de vez em quando, projetos a este nível - com a mais-valia de estarem a trabalhar no concelho o Francisco Corado e, pontualmente, o Bruno Schiappa. Disse ter falado também com o José Raposo e com os Agrupamentos de Escolas, porque do ponto de vista da política cultural pretendiam, em resultado da reunião havida com os intervenientes culturais do concelho das diferentes artes, fazer do nosso teatro uma bandeira, afigurando-se os 160 anos do Marcelino Mesquita, em 2016, um bom motivo para a fazer. Mencionou a intenção de levar o teatro escolar mais a sério, apesar de algum custo que possa ter para o município - assunto a estudar - e da receptividade demonstrada pelos Agrupamentos Escolares. Considerou um pouco constrangedor ver a qualidade dos espetáculos que hoje temos no Centro Cultural, feito pelas pessoas da nossa terra, e observar plateias a meio; havia trabalho a desenvolver na criação de novos públicos e esse objetivo também se conseguia semeando o gosto pelo teatro logo a partir da escola. Deu nota que outro ponto a ter em consideração na parceria que queriam efetuar, resultava da sensação de desperdício - de



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

tempo e de meios - sentida pelo facto de, perante a qualidade do trabalho realizado, o espetáculo ficar apenas no Cartaxo e, no máximo, em três sessões; aquele projeto - que, para além de cultural, era um projeto de integração social, pela ajuda que proporcionava a algumas pessoas, ao nível do combate à solidão e económico (alimentos e roupas) - merecia ser olhado “*com outros olhos*”, nomeadamente através de um apoio efetivo - que não monetário - ao nível da disponibilização de meios, por exemplo, de um transporte.

✓ **Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta nos termos propostos.**

8. Adenda ao acordo tripartido com a DGArtes, Municípios de Alcanena e Torres Novas e Associação Cultural Materiais Diversos

Proposta de Deliberação n.º 93/PC-PMR/2014

“Considerando que: O Município do Cartaxo, enquanto cocandidato, participou na apresentação de uma candidatura ao concurso publicado pelo aviso n.º 15486-A/2012, do DR n.º 223, 2.ª série, de 19 de novembro de 2012, para a celebração de um acordo tripartido quadrienal, no âmbito dos apoios financeiros da Direção-Geral das Artes.

A candidatura foi igualmente subscrita pela Associação Cultural Materiais Diversos e pelos Municípios de Torres Novas e Alcanena.

A candidatura foi aprovada na íntegra em 14 de maio de 2013, para o período de 2013 a 2016.

No âmbito do memorandum apresentado pelo Município do Cartaxo, e de acordo com o n.º 2 da cláusula 7.ª da minuta do acordo tripartido, a participação desta autarquia será realizada através da cedência da sala de espetáculos do Centro Cultural – Município do Cartaxo, de acordo com o plano de atividades de programação para 2013, 2014, 2015 e 2016, avaliada em € 30.960,00.

Em 18/06/2013, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a minuta de “Acordo Tripartido Quadrienal (2013-2016), entre a Direção Geral das Artes, a Associação Cultural Materiais Diversos e as Autarquias de Alcanena, Cartaxo e Torres Novas”.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

7
A

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Os municípios dispõem de atribuições, designadamente, no domínio da cultura. – cfr. alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e a organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à realização de eventos de interesse para o município. – cfr. alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Compete ainda à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural e educativa de interesse para o município. – cfr. alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara delibere aprovar a adenda ao “Acordo Tripartido Quadrienal (2013-2016), entre a Direção Geral das Artes, a Associação Cultural Materiais Diversos e as Autarquias de Alcanena, Cartaxo e Torres Novas”.

O Presidente da Câmara

Pedro Magalhães Ribeiro”

✓ **Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta nos termos propostos.**

9. Pagamentos efetuados entre 09/05/2014 a 20/05/2014.

Foi presente a listagem dos pagamentos efetuados, no período de nove a vinte de maio de 2014, no montante de noventa e seis mil, duzentos e quarenta e dois euros e oitenta cêntimos.

✓ **A Câmara tomou conhecimento.**

10. Tesouraria – resumo diário de tesouraria de 20/05/2014.

Foi presente para conhecimento, o documento identificado em epígrafe, o qual acusava um total de disponibilidades de setecentos e vinte e oito mil, quatro euros e trinta e sete cêntimos.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

✓ **A Câmara tomou conhecimento.**

11. Modificação Orçamental nºs. 8.

Foi presente a Modificação ao Orçamento de 2014 – Alteração nº 8.

✓ **A Câmara tomou conhecimento.**

12. Posição dos compromissos entre 09/05/2014 a 20/05/2014.

Foi presente a posição dos compromissos entre 09/05/2014 a 20/05/2014.

✓ **A Câmara tomou conhecimento.**

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Senhor JORGE AMORIM LÚCIO

• Associação Rio da Fonte

O senhor Jorge Amorim Lúcio começou a sua intervenção com a apresentação de cumprimentos ao executivo e prosseguiu dizendo ali estar na qualidade de Presidente da Associação Rio da Fonte, associação para a defesa do património histórico-ambiental da freguesia de Pontével, cuja direção para o biénio 2014-2015 tomara posse na semana anterior. Referiu estar acompanhado pelo Tesoureiro, senhor Francisco Alves e pelo Secretário, Dr. Pedro Amorim; e pediu desculpa pela ausência dos restantes elementos, que por motivos profissionais não puderam estar presentes. Disse que, para além da apresentação de cumprimentos ao executivo, pretendiam manifestar a inteira disponibilidade da Associação para assuntos de interesse para a freguesia de Pontével, dentro da sua área de intervenção, ou seja, ao nível do património, história, ambiente e cultura. Acrescentou que através da revitalização que pretendiam incrementar, nomeadamente com a inclusão de jovens e pessoas novas na atividade associativa, procuravam que a Associação pudesse galvanizar a juventude e a população no interesse que a norteava - desde a sua fundação em 2005 - a atingir os objetivos a que se propôs. Por fim, deixou um agradecimento pela



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

disponibilidade já demonstrada pelos senhores Presidente e Vice-Presidente, no apoio a atividades da Associação.

PRESIDENTE

Agradeceu a presença dos representantes da Associação Rio da Fonte e referiu que o executivo, na tomada de posse da nova direção, já havia, de certo modo, transmitido o que considerava pertinente em relação à parceria Câmara - Associação, com os fins a que se propunha. Disse que estava em curso o processo de revisão do PDM e que as associações, com aquele tipo de objeto social, eram parceiros fundamentais, nomeadamente no que dizia respeito à identificação do património a preservar, assim como em questões relacionadas com a preservação ambiental, designadamente em relação aos projetos - que sabia terem em mente prosseguir e aprofundar - em termos de educação ambiental, junto das escolas e na formação dos mais jovens, em quem também depositavam uma grande esperança a nível comportamental. Realçou que o único órgão escrito e publicado de forma regular no concelho era da responsabilidade da Associação: a *Voz de Pontével*. Terminou reiterando os desejos de que a parceria pudesse ser aprofundada em todos os domínios referidos, sendo a Câmara uma porta aberta ao diálogo, na procura de melhores soluções para os muitos desafios que tinham pela frente nas suas áreas da intervenção.

Senhor JOSÉ BRÁS

- **Fluvina, Feira dos Santos e Comissão de Trânsito**

O senhor José Brás iniciou a sua intervenção considerando que o município do Cartaxo ao não arranjar o cais de Valada e a zona ribeirinha, para receber barcos de recreio, estaria a dar oportunidade a Salvaterra; antevendo que o mesmo aconteceria a outros níveis, designadamente com a Feira dos Santos. Prosseguiu dizendo que não seria pelo facto dos terrenos serem particulares, pois o atual Campo da Feira era particular, o dono cedeu-o para moradias sociais e o que aconteceu foi a construção de uma escola e um posto da polícia; referiu que estava na altura do executivo fazer algo naquele sentido, "*pelo menos para tapar a boca ao povo do Cartaxo*", por exemplo, com os edifícios da escola Marcelino Mesquita, da escola do centro e talvez, no futuro, das escolas do norte e do sul.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Pediu para lhe ser dado conhecimento, sem necessidade de convite, da realização da próxima reunião sobre o trânsito da cidade do Cartaxo e chamou a atenção que a anteriormente realizada estivera voltada para as freguesias, mais do que, propriamente, para a cidade do Cartaxo, que - observou - estava um caos, como todos sabiam.

Por último, disse que era tempo de começar a fazer algo pela Feira dos Santos.

PRESIDENTE

• Fluvina

Em primeiro lugar, agradeceu a disponibilidade de munícipe em estar presente na reunião. Em seguida e relativamente à questão da Fluvina, disse que estavam a tratar do licenciamento do cais de Valada, algo que não foi - e devia ter sido - feito logo de início. Informou ter sido enviado, para a Junta de Freguesia de Valada, o resultado da vistoria técnica, promovida pelo município, em relação ao assoreamento e à situação daquele cais. Acrescentou que as condições que a Fluvina oferecia eram motivo de preocupação, bem como a normalização e regulamentação da sua utilização, tendo em vista assegurar alguma rotatividade e não apenas a existência de um conjunto de barcos ali atracados ao longo do ano e que impossibilitavam a postagem de outros. Deu conhecimento da existência de um projeto de regulamento feito, há muitos anos, pela Escola Superior de Desporto de Rio Maior e sobre o qual - tanto quanto sabia - a Câmara nunca chegara a pronunciar-se.

• Feira dos Santos

Fez referência à reunião pública promovida - julgava, pela primeira vez - no Cartaxo, onde estivera em discussão o futuro da feira, tendo ficado definido que, no decorrer do primeiro semestre do ano, tomariam uma decisão em relação à edição de 2014 e seguintes. Deu nota da realização, pela área do urbanismo do município, de cálculos sobre a forma de implantar a feira no centro da cidade - uma das hipóteses que reunira amplo consenso na referida sessão pública. No entanto, independentemente da sua localização falar da Feira de Todos os Santos era também falar no tipo de feira que devemos ter nos dias de hoje, quando a oferta das grandes superfícies acaba por fazer a função que a feira tinha há muitos anos. Assim, informou que o trabalho estava a ser desenvolvido na perspetiva de saber que novas dinâmicas, que tipo de atividades devem ser introduzidas na feira para que



1
A

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

ela volte a ser atrativa, estando a equacionar, inclusivamente, a presença de gado e animais - como acontecia há anos atrás - e vocacioná-la para os produtos agrícolas, regionais e locais e sua promoção, através de um conjunto de atividades. Referiu ainda que a feira tem hoje mais uma condicionante, em cima de todas as que fizeram com que ao longo dos anos perdesse a sua importância no contexto das feiras a nível nacional, ou seja, o facto do dia de Todos os Santos ter deixado de ser feriado. Ao concluir a abordagem do tema, disse estar a ponderar trazer o assunto para que a Câmara se pronuncie e tome a decisão final, numa reunião de julho.

- **Comissão de Trânsito**

Lembrou que no atual mandato a Comissão de Trânsito já reunira uma vez e com duas novidades: o envolvimento de todos os Presidentes de Junta de Freguesia, com os problemas da sua freguesia ao nível de trânsito para discussão com os peritos que integram a Comissão; e o facto de ser uma reunião pública, publicitada em edital para que todo o cidadão dela tenha conhecimento e possa trazer à discussão o problema da sua rua ou do seu bairro.

Senhor VASCO RODRIGUES FERREIRA

- **Danos provocados em propriedade privada por falta de escoamento de águas pluviais**

O senhor Vasco Rodrigues saudou os presentes e demonstrou a sua indignação pelo arrastar, ao longo de cinco anos, do problema - sobejamente conhecido - que ali o levava. Apesar de constatar a realização de algumas diligências e visitas ao local por parte da vereação e da proteção civil, disse não haver meio de ver o problema resolvido. Referiu “*ter tudo partido*” e já não ter blocos de cimento nos muros, levados pelas águas.

PRESIDENTE

Agradeceu a intervenção e disse já ter passado no local no fim-de-semana anterior. Informou o executivo que o problema trazido pelo senhor Vasco Ferreira era derivado, em parte, de uma obra de alcatroamento realizada na Lapa, parecendo-lhe a “*olho nu*” que o desenho da estrada ficara com um problema ao nível do escoamento das águas e que não



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

foi tratado como devia ter sido. Sobre as diligências que estavam a realizar, deu conhecimento de ter pedido ao Eng.º Bento para orçamentar o muro (danificado na parte frontal e lateral), tratando-se de uma verba, que disse *salvo erro* estar entre os 30 a 40 mil euros. No entanto - acrescentou - sem primeiro solucionar o problema do escoamento das águas, e era nisso que estavam a trabalhar, tendo sido pedido ao Eng.º Bento para estudar uma solução, não valia a pena avançar com a reparação do muro, pois o problema iria repetir-se.

Senhor VASCO RODRIGUES FERREIRA

Retomou a palavra para realçar que, caso o muro caísse, ficava com a propriedade desprotegida, lamentando que ao fim de cinco anos o problema permanecesse sem solução. Afirmou encontrar-se no limite da sua tolerância e que pensava até chamar a comunicação social.

PRESIDENTE

Referiu as diligências que estavam a ser realizadas pelo município para solucionar o problema, sendo que o orçamento para reparação do muro estava feito e em estudo estava a forma de resolver a questão do escoamento das águas.

Munícipe morador no Setil

• Estrada do Setil

Apresentou cumprimentos dos moradores do Setil e o seu descontentamento em relação ao estado da estrada, não só a nível dos buracos, mas também por causa das ramadas das árvores e das canas que, agora, a tapavam. Pretendiam saber o que se estava a passar, uma vez que havia o compromisso da intervenção acontecer no mês de abril - o que não aconteceu, e porque lhes disseram que a maquinaria que andava na Estrada de Santana, em princípio, passaria para o Setil - o que não se verificou.

PRESIDENTE

Disse que planeava, para o fim-de-semana seguinte, uma visita ao local para reunir com os moradores e que, apesar da presença dos munícipes na reunião, mesmo assim o faria. Em resposta à questão colocada, fez o enquadramento em relação a outras obras paradas e à



AF

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

renegociação com as empresas encarregues pela sua realização, mencionando que a Estrada de Santana e a zona do Prioste e Moinho Saloio eram obras da Construtora Pragosa, com quem haviam conseguido negociar o seu reinício. No entanto, a situação da estrada do Setil era diferente, uma vez que a empresa que ganhara o concurso, a Civilvias, encontrava-se próxima da insolvência, decorrendo o processo de rescisão do contrato entre o município e aquela empresa. Mencionou que, há uma semana atrás, em reunião com o Inalentejo, haviam indagado sobre a possibilidade de chamar a empresa que ficara classificada em segundo lugar para dar continuidade às obras, ou se teriam que abrir novo concurso público para a parte em falta da obra. Deu nota que o parecer dos serviços jurídicos do município ia no sentido de que, em princípio, não existiriam condições para chamar a segunda classificada, sendo por isso necessário um novo concurso; mas, a partir de determinada verba a abertura do novo concurso carece do aval do Tribunal de Contas (TC), que não dá vistos aos municípios que não cumpram com a Lei dos Compromissos, sendo o caso do município do Cartaxo pela situação financeira em que se encontra. Deste modo, tudo apontando para a necessidade da abertura de um novo concurso e pelo facto do valor do que falta fazer na obra se situar acima da verba que dispensa o visto do TC, a divisão de obras do município estava a ponderar a questão no sentido de diminuir, ao máximo, o custo de trabalhos a realizar para que o TC não tenha que se pronunciar. Por fim, sublinhou que a obra não estava esquecida, contudo a única segurança que podiam dar - caso o problema não se resolvesse rapidamente - era que procurariam *"dar um jeito"*, pelo menos, nas zonas piores.

Senhor MÁRIO ALBERTO

- **Iluminação pública no Bairro Azul**

Disse ser morador do Bairro Azul há trinta anos e que vinha apresentar uma reclamação sobre a iluminação pública daquele local, que acendia por volta das vinte e uma horas e trinta minutos e desligava pelas cinco horas; referiu o descontentamento dos moradores, conhecedores de locais com outros horários e acrescentou que se a questão era poupança



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

de energia devia ser para todos. Deu conhecimento de ter contactado por telefone com a EDP, tendo sido informado que o assunto era com a Câmara.

PRESIDENTE

Explicou que estavam a ser corrigidas situações relacionadas com a EDP e agradeceu o alerta, porque pessoalmente não conhecia a situação apresentada. Confirmou ser a Câmara a dar instruções à EDP sobre os horários que pretendia para a iluminação pública e de estarem a proceder a correções a este nível, não se tratando de uma questão de poupança. Realçou a importância da informação que os cidadãos possam prestar sobre as situações a corrigir, uma vez que o município, não tendo capacidade para o fazer, deste modo pode desencadear o respetivo procedimento junto da EDP.

Senhor MÁRIO ALBERTO

- **Vedação danificada por máquina niveladora**

O senhor Mário Alberto apresentou ainda outra situação, relacionada com danos provocados há cerca de dois, três anos no seu muro, feito com pilares de ferro e arame, deitado abaixo por uma máquina niveladora que o senhor Fernando Ramos, então Presidente da Junta de Freguesia de Vale da Pinta, mandara desde Vale da Pinta até à Adega Cooperativa. Na altura, expôs o assunto ao senhor Fernando Ramos que lhe disse não ser possível ir ao local no momento, por questões de organização de trabalho, mas que diligenciaria nesse sentido logo que possível; o certo é que passaram três anos e nada aconteceu, por isso, agradecia a reposição da vedação como estava. Referiu ainda que não recuaria 1,5 m a não ser que o seu vizinho também o fizesse, o que não acreditava porque ela já vedara a propriedade; ou então o terreno a ceder teria que ser pago.

PRESIDENTE

Disse que iria pedir ao seu chefe de gabinete para tomar nota do contacto do senhor Mário Alberto, para posterior abordagem do assunto.

Senhor NELSON NASCIMENTO

- **Igreja Evangélica**



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Disse pertencer ao concelho do Cartaxo - vivia na Ereira - e que era diácono de uma igreja evangélica em Santarém. Disse estarem a pensar em abrir uma igreja no Cartaxo, no entanto, como financeiramente não lhes era possível, contavam com a ajuda do senhor Presidente para os apoiar nesse sentido.

PRESIDENTE

Perguntou se não estariam já a funcionar na Quinta das Correias, porque tinham chegado ao município um conjunto de reclamações devido ao funcionamento da igreja numa garagem.

Senhor NELSON NASCIMENTO

Respondeu que já tinham terminado.

PRESIDENTE

Pedi ao seu chefe de gabinete para ficar com o contacto do senhor Nelson Nascimento, a fim de marcar uma reunião para poderem conversar sobre a matéria; agradeceu a disponibilidade demonstrada em corrigir o problema alvo de reclamações.

Senhor NELSON NASCIMENTO

Disse que a situação era provisória e que reconheciam que o local não tinha condições para acolher o número de pessoas - 50 a 100 - que afluíram ao local, excedendo as suas expectativas, situadas entre as 10 a 15 pessoas e que, a ser assim, não fariam tanto barulho.

Senhor NELSON NASCIMENTO

• Feira dos Santos

Perguntou o que se iria passar com a Feira dos Santos.

[O munícipe chegou após o assunto já ter sido visado na reunião]

PRESIDENTE

Transmitiu que no ano passado a feira estivera realmente em risco, uma vez que, quando o executivo tomou posse, a 16 de outubro, nada estava tratado, tendo sido em passo acelerado que se conseguiu salvá-la. Mencionou a sessão pública entretanto realizada sobre o futuro da feira, não apenas a nível da sua localização, mas também sobre qual o tipo de feira a ter: se devia - ou não - ter gado, se devia - ou não - apostar em produtos



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

regionais, ou seja que novas dinâmicas deviam existir para a tornar atrativa, atentos à forte concorrência existente por parte da feira da Golegã e ao facto do dia, tradicionalmente mais forte da feira, o dia 1 de novembro, ter deixado de ser feriado. Disse que o *timing* definido para a apresentação de uma ideia concreta havia sido primeiro semestre do ano e que esperavam, durante o mês de junho, tomar uma decisão em relação à localização da feira, uma vez que a tipologia da feira, de alguma forma, já estava consensualizada.

Senhor NELSON NASCIMENTO

Disse que, na sua opinião, havia a obrigação de fazer o melhor para receber quem vinha de fora, mas também devia ser dada a oportunidade aos que pertenciam ao concelho, o que não tinha acontecido no ano passado, tendo sido ele um dos prejudicados; por isso, apelava ao bom senso.

PRESIDENTE

Voltou a referir a sessão pública realizada, aberta a todos - feirantes/comerciantes, ou não, população em geral - que correu muito bem, com casa cheia, 150 pessoas no Auditório da Quinta das Pratas, apesar da noite chuvosa e de futebol, tendo recolhido os contributos de todos, podendo quem quisesse ainda fazer chegar os seus.

Senhor NELSON NASCIMENTO

Disse pertencer à Associação dos Feirantes e verificar não haver uma boa sintonia entre a Associação e a Câmara.

PRESIDENTE

Referiu que o atual executivo nunca havia sido convocado ou convidado para uma reunião com a referida Associação; e enunciou as reuniões realizadas com comerciantes: uma, com a Associação de Comerciantes de Santarém, que contou com a presença de 60 a 70 pessoas; e uma outra, com os comerciantes do Mercado Municipal Cartaxo.

Senhor NELSON NASCIMENTO

Chamou a atenção ainda para uma situação que observava no Cartaxo e não verificava em qualquer outro local onde se deslocava para uma feira anual ou um mercado mensal, tratava-se da forma de atuação policial; referiu o que observara no ano passado: a presença de carrinhas do corpo de intervenção e o comissário a passar constantemente com o jipe no



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

Handwritten signature and initials

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

meio do povo, considerando que a segurança fazia parte da feira, mas não concordava com "o abuso".

PRESIDENTE

Disse que aquela não era uma área da competência do município, uma vez que quem definia os termos de segurança eram as entidades policiais.

Senhor JOSÉ NICOLAU

- **Cartágua**

Deu as boas-tardes e perguntou o que ficara decidido em relação ao aumento da água na reunião havida entre o executivo, a Cartágua e os representantes dos partidos políticos. Tendo conhecimento que o contrato adicional fora enviado para o TAF (Tribunal Administrativo e Fiscal) de Leiria e referindo não saber com que figura jurídica, questionou *"se não seria pertinente, eventualmente, avançar com uma providência cautelar para esse mesmo Tribunal, no sentido de, até o contrato adicional ser avaliado em termos legais, impedir que o aumento da água se concretizasse"*.

- **Tribunal de Contas**

Sabendo que o executivo reunira com o Presidente do Tribunal de Contas (TC) para tratar de assuntos de PAEL, pretendia saber se haviam abordado também a questão da auditoria externa e, em caso afirmativo, qual havia sido a resposta do Presidente do TC.

- **Caminhos do Campo, S.A.**

Disse ter ido ao Portal da Justiça retirar o registo da sociedade anónima Caminhos do Campo, que foi publicado em 05 de março de 2007, verificando que a sede era na Quinta das Pratas. Observou a este propósito que ia muitas vezes à Quinta das Pratas e nunca lá encontrara nada; não deixou, contudo, de salvaguardar que eventualmente podia lá estar. Referiu ter encontrado também um número de telefone, constatando que não atendiam ou atendia uma pessoa que praticamente não sabia responder a nada.

PRESIDENTE

- **Cartágua**



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Informou que da reunião havida iria ser lavrada uma ata. Relativamente à questão concreta do aumento da água, disse que nada ficara decidido. Quanto à figura da providência cautelar, referiu ser um instrumento que não estava colocado de parte, não tendo sido utilizado porque o aumento de água não fora efetivado. Sobre o TAF de Leiria, disse que seria sempre uma participação daquele Tribunal ao Ministério Público relativamente à forma como todo o processo havia sido conduzido, nomeadamente do ponto de vista administrativo, pronunciando-se o TC sobre as questões da auditoria financeira.

PRESIDENTE

- **Tribunal de Contas**

Deu conhecimento que na reunião com o TC haviam sido abordadas as questões do PAEL, da Rumo 2020 e da Cartágua, e observou que o Dr. Guilherme de Oliveira Martins estava muito limitado no tempo.

VICE-PRESIDENTE

- **Tribunal de Contas**

Acrescentou que a questão da auditoria fora abordada de modo muito superficial com o Dr. Guilherme de Oliveira Martins que, no entanto, pediu para que o assunto fosse colocado por escrito ao Conselheiro José Tavares; e isso iriam fazer.

PRESIDENTE

- **Caminhos do Campo, S.A.**

Referiu que aquele era um processo que lhes levantava muitas interrogações, muitas incógnitas; se existia matéria sobre a qual tinham particular interesse em que a auditoria se pudesse pronunciar o mais depressa possível, aquela era uma delas, por lhes parecer *“gritante dos problemas que enferma”*, por isso teriam que aguardar pela auditoria para, porventura, poderem esclarecer todos os contornos do mesmo. Deu nota que a nível interno, o trabalho continuava a ser desenvolvido pelo gabinete jurídico.

PRESIDENTE

- **Entrega de elementos solicitados**

Disse ter, para entrega, a documentação solicitada na última reunião de Câmara pelo Dr.º



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

José Nicolau, ou seja a listagem dos compromissos a 31.12.2013 e os valores pagos ao gabinete do Dr.º Correia Fernandes.

FORMA DE VOTAÇÃO – As deliberações constantes desta minuta da ata foram aprovadas, por unanimidade de votos dos membros presentes, com exceção daquelas onde se faz menção expressa do contrário.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO – E nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente, deu como encerrada a reunião, quando eram vinte horas e trinta minutos, para constar se lavrou a presente minuta da ata, e eu, Ana Catarina da Matos Silvestre, a redigi e subscrevi e vou assinar junto ao senhor Presidente.

PRESIDENTE

Pedro Miguel Magalhães Ribeiro

**SECRETÁRIA DA REUNIÃO DE
CÂMARA**

Ana Catarina da Matos Silvestre

